

DESASTRES AMBIENTAIS NO RIO DE JANEIRO QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E PSICOSSOCIAIS

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compartilhar alguns resultados da pesquisa qualitativa e exploratória de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada *Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais* (2011-2015). Ressalta-se o número bastante reduzido de pesquisas acadêmicas no Brasil na área de desastres ambientais, que considerem a complexidade que envolve o referencial socioambiental/psicossocial dos sujeitos desalojados e desabrigados pelas enchentes e deslizamentos de terra ocorridos no estado do Rio de Janeiro. O foco da assistência e trabalhos ainda concentra-se na etapa emergencial, mais que no período pós-desastre, apesar das experiências desafiadoras e aterrorizantes, envolvendo o território material e imaterial dos sujeitos. Contudo observa-se uma resistência, possivelmente imprimindo um fortalecimento na vivência de eventos futuros, apesar do sentimento de desterritorialização e desenraizamento sofridos. Os resultados apontam necessidade de reformulação de nossas referências prévias de metodologia ambiental no Brasil e urgência na criação de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres Ambientais; Psicossocial; Resiliência;; Socioambiental; Vulnerabilidade

ABSTRACT

The objective of this work is to share some of the results of the qualitative and exploratory PhD research from *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, entitled *Socio-Environmental Vulnerability and Psychosocial Strategies of Work with Subjects in Situation of Environmental Disasters* (2011-2015). There is a limited number of academic research in Brazil, in the area of environmental disasters, considering the complexity necessary for a socio-environmental/psychosocial approach for the displaced and homeless after floods and landslides in Rio de Janeiro state. The focus on assistance and works is still concentrated in the emergency stage not in post disaster period. They face challenging and terrifying experiences, related to their material and immaterial territory. Nevertheless resistance is observed, leading to community strengthening for future events. The results point a reformulation of our previous references of environmental work in Brazil, relevance of socioenvironmental/psychosocial strategies and the need of public policies for homeless/displaced subjects.

It is considered that environmental, social and psychological contexts of local residents in situation of disasters are essential and relevant not only for the recognition of their multiple vulnerabilities, but also as an important element of community resilience. The

research focused in flood and landslides occurred mainly in Rio de Janeiro, involving material and immaterial knowledge from their territory. The results suggest that a quality work should consider the complexity of rootness/territorialization reduction of the local residents involved. Therefore, it is recommended that socioenvironmental and psychosocial strategies are considered in the construction of specific methodologies, together with the particular relevance of public policies for homeless and displaced subjects. The research also points to the importance of the reformulation of our previous references of environmental work in Brazil.

KEY WORDS: Environmental Disasters; Resilience; Vulnerability; Socio-environmental Methodology

CONTEXTUALIZANDO

Muito embora ainda exista uma grande lacuna em estudos metodológicos, teóricos, políticas públicas e ações comunitárias relativas à questão dos desastres ambientais no Brasil, um número crescente de eventos relacionados a deslizamentos de terra e inundações vem acontecendo nos últimos tempos. As inundações de 2008 a 2012 deixaram cerca de 1,4 milhões desabrigados em 1.543 municípios e 27 cidades em todo o país foram afetadas. O Rio de Janeiro é um dos estados com o maior número de desastres no Brasil, principalmente relacionados a inundações e deslizamentos de terra, possuindo uma área de 43.780.172 e população estimada de 16.369.179 em 2013 (IBGE, 2014). Durante as chuvas de 2010 a 2013, ocorridas nas regiões de Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis e Xerém, a estimativa da Defesa Civil (2013) foi de que cerca de 200 mil pessoas tenham sido atingidas em todo o estado do Rio de Janeiro.

Toda esta realidade trouxe à tona os graves problemas de nossa estrutura urbana, dentre eles a ocupação desordenada em áreas de risco ambiental, juntamente com o incentivo da administração pública quanto à expansão imobiliária. O avanço da especulação fundiária e imobiliária, no uso e ocupação do solo urbano, vem sendo um dos fatores para desapropriação de moradores antigos e conseqüente aumento da ocupação de populações em área de risco ambiental, não somente no estado do Rio de Janeiro (HERCULANO, 2013; SOUZA et al. 2009), mas em diferentes estados brasileiros. A falta de um planejamento urbano para populações em situação de vulnerabilidade – econômica, social, cultural - aumenta os danos materiais e imateriais dos envolvidos. E, as conseqüências recaem sobre a população que ocupa as áreas mais vulneráveis, principalmente aquelas em situação de desabrigo e desalojamento, após severas inundações e deslizamentos de terra, os quais ainda são, muitas vezes, culpabilizados pela moradia em área de risco.

No município de Niterói, Rio de Janeiro, a liberação pelo governo da construção de residências em área insalubre e de alto risco – o caso do Morro do Bumba em 2010, que teve ampla repercussão na imprensa, foi um triste exemplo desta realidade. Apontado como o maior desastre, desde 1967, o temporal de abril de 2010 ocasionou 165 mortes no município de Niterói, sendo 47 na área do Morro do Bumba, com cerca de 200 desabrigados. As residências haviam sido construídas na área de um antigo lixão, com a autorização da prefeitura local e da secretaria municipal de serviços públicos de Niterói. Segundo o presidente da *Associação dos Moradores do Morro do Bumba*, o Estado foi omissivo ao permitir e incentivar a construção de infraestrutura, a ocupação do morro por cerca de 1,7 mil pessoas, as quais ainda pagavam IPTU

regularmente (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Após o terrível desastre, foi construída uma praça no local e um conjunto habitacional para abrigar 140 famílias provenientes do Morro do Bumba, porém estando as construções com diversas rachaduras e infiltrações, após menos de dois anos de construção. A insegurança e o desamparo gerados pelo trauma de choque vivenciado pelos desabrigados e desalojados do Bumba, repetiram-se a partir das residências disponibilizadas no pós-desastre, ainda com grande possibilidade de novos desastres e re-traumatizações.

A EM-DAT, *The International Disaster Database* (2005), define *perigos naturais* como ocorrências inevitáveis, enquanto os *desastres* são eventos, que podem ser prevenidos ou minimizados, através do estudo de eventos anteriores e monitoramento de situações presentes. Considerando apenas desastres hidrológicos, o Brasil é um dos países mais atingidos por inundações e movimentos de massa, tendo estado em 2008 em décimo lugar no mundo, em número de vítimas de desastres naturais. Ainda assim, de acordo com o IBGE (2014), quase metade dos municípios brasileiros não faz gestão de riscos e desastres. Neste contexto, desabrigados e desalojados dos eventos extremos seguem, sem que o suporte psicossocial seja considerado como questão essencial para a mitigação de risco, expostos, ainda, ao cenário de grande vulnerabilidade e abandono dos abrigos brasileiros.

DESASTRES: NATURAIS OU AMBIENTAIS?

Achamos importante estabelecer inicialmente o referencial dos conceitos considerados no presente trabalho. Buscando referências sobre a terminologia dos desastres, Marchezini (2009) aponta que desastre é a vivência, segundo um consenso social, de uma crise que afeta a comunidade humana. Mattedi (2009) inclui, na definição de desastres, a combinação de fatores sociais aos naturais. Ou, mais precisamente, afirma serem as características físicas do evento que determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno e as condições sociais de vulnerabilidade as que determinam a severidade do impacto. Desta forma, um grande número de especialistas em área de risco/desastre ambiental afirma: nenhum desastre é natural (COLLINS, 2014). Muito embora o termo “desastres naturais” seja utilizado em pesquisas e artigos acadêmicos, vinculando sua origem aos fenômenos naturais, pesquisadores consideram que a causa do aumento dos desastres a nível mundial está mais provavelmente vinculada à crescente vulnerabilidade de populações expostas a eventos físicos extremos e não às mudanças da natureza. Escolhas humanas, decisões políticas e valores distorcidos de nossa sociedade levam às vulnerabilidades, que causam os desastres. Desta forma, grande parte da literatura internacional (HEWITT, 1997; LEWIS, 1999; MILETI et al., 1999; OLIVER-SMITH, 1986; STEINBERG, 2000; WISNER et al., 2005) relaciona as questões do desastres a uma perspectiva mais do ser humano, do que uma perspectiva puramente “natural”. Eles são socialmente construídos, a partir das decisões humanas.

É, usualmente, aceito entre os geógrafos ambientais que não existem desastres naturais. Em cada fase e aspecto de um desastre – causas, vulnerabilidade, preparação, resultados e respostas e reconstrução – os contornos de um desastre e a diferença entre “quem vive” e “quem morre” são em maior ou

menor proporção um cálculo social (SMITH, 2005/traduzido pela autora da língua inglesa para a língua portuguesa).

Grande parte das pesquisas acadêmicas ainda segue concentradas nas áreas das ciências naturais e exatas, incluindo estudos geotécnicos na área de risco ambiental. As contribuições de áreas como a Sociologia, Psicologia e Serviço Social seguem limitadas e marginalizadas. Junte-se a isto, uma tendência de buscar soluções que levem a sociedade a aprender a “conviver” com inundações e deslizamentos, através da adoção de “novos padrões de comportamento” veiculados, inclusive pela educação ambiental, como se apenas as questões comportamentais pudessem transformar uma realidade dos sujeitos residentes nas áreas de risco. Apesar de reconhecermos um esforço de articulação em torno das medidas preventivas necessárias em áreas de risco de desastres, especialmente nestes últimos anos pela Defesa Civil, há, ainda, uma tendência dos meios de comunicação em considerar os desastres ambientais como algo “incontrolável e imprevisível”, provocando impactos sobre as populações “despreparadas”. Com este ponto de referência, o desastre tenderia a se tornar algo que define o problema, contrastando com o cotidiano “normal” dos sujeitos, com isso, negligenciando os fatores sociais, econômicos e políticos presentes no processo.

Embora muitas notícias sobre desastres ambientais no Brasil sejam noticiadas pelos meios de comunicação de massa, focando o impacto gerado pelos processos geográficos, biológicos e em alarmantes revelações sobre os efeitos das mudanças climáticas, questões mais complexas, relativas às relações políticas, econômicas e sociais dos envolvidos seguem negligenciadas. Observam-se, assim, segmentos com seus campos de saberes isolados, de acordo com o referencial ou enfoque da sua área específica de atuação, discutindo sobre o tema dos desastres ambientais, sem a devida consideração da correlação existente entre os mesmos. Esta visão, ainda fragmentada, sobre a questão dos desastres faz-se presente à medida que a área técnica não dialoga com a socioambiental, que por sua vez não dialoga com a psicossocial e vice-versa, não sendo consideradas em correlação. Uma recuperação de qualidade das áreas em referência exige o reconhecimento das vivências e experiências dos moradores locais, assim como o suporte à participação dos profissionais voluntários que ainda trabalham em condição de invisibilidade nos dias de hoje. Uma abordagem metodológica que inclua o olhar socioambiental e psicossocial e não somente o trabalho com enfoque nas questões estruturais (abordagem tecnológica, referente às estruturas) necessárias.

As abordagens não estruturais são aquelas que não envolvem construção física ou abordagem tecnológica, mas que utilizam o conhecimento de diferentes áreas das ciências humanas e da saúde em prol de ações concretas para as populações vulneráveis e em situação de risco. Um trabalho contínuo socioambiental e psicossocial e não apenas no momento da emergência maior, partindo das necessidades locais de médio e longo prazo, contextualizado, buscando, assim, uma maior autonomia dos envolvidos para uma reestruturação mínima de seus territórios físicos e simbólicos.

A busca pelo fortalecimento e autonomia da população envolvida implica respeito e compreensão mínima dos valores e tradições dos membros da comunidade em situação de desastre, já que o estresse agudo é vivenciado de forma coletiva nestes casos. Desta forma, torna-se de extrema importância o compartilhamento das perspectivas culturais e dos hábitos locais com os membros da equipe de profissionais, com vistas a uma maior sensibilidade aos costumes locais. Isto viabiliza o reconhecimento de estratégias e recursos já de conhecimento da vizinhança em momentos de crise anteriores. Estes recursos fazem parte do repertório de cada família envolvida, representando a base da resiliência comunitária. Além disso, um cuidado

precoce, contextualizado e relativamente breve, que minimize os efeitos traumáticos dos sobreviventes pode representar um alívio importante para as situações pós-desastres. Com o passar do tempo e o abandono da assistência imediata que tinham acesso durante a emergência maior - incluindo Defesa Civil, bombeiros, médicos, etc...- os sujeitos permanecem desabrigados e desalojados de suas histórias, desconectados de sua vida cotidiana anterior. A presença dos voluntários vem sendo citada como um recurso de muito acolhimento nos momentos tanto da emergência, quanto do pós-desastre. Neste último, ainda que o trabalho aconteça de forma independente, sem ajuda de custo e sem uma sistematização de suporte aos trabalhos oferecidos, os voluntários costumam participar silenciosamente, vindo de muitas partes, além do auxílio da vizinhança local.

Sobre a presença e participação de voluntários é fundamental acrescentar que os mesmos vêm sendo, no Brasil, muito importantes para um acolhimento dos sujeitos envolvidos, muitos deles da área da saúde, já que o acesso à rede de saúde nem sempre comporta o número de desabrigados. Porém, há de se ressaltar a necessidade de orientação criteriosa para uma atuação segura, relacionada ao próprio sujeito voluntário, reconhecendo suas limitações físicas e psicológicas, em paralelo à ampliação de sua resiliência. Ainda que na etapa de recuperação haja a necessidade da inclusão de ações não estruturais - que envolvem conscientização da população - importantes para o ciclo de gestão de risco, ainda é raro vermos contemplado o item relacionado às questões psicossociais que envolvem os sujeitos destas áreas, nas ações com a comunidade.

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Vulnerabilidade vem sendo um conceito empregado por diferentes áreas do conhecimento – desde serviço social, engenharia ambiental, psicologia até educação – cada uma delas com sua vertente de abordagem específica. Em termos gerais, a vulnerabilidade tem sido definida como o potencial para perdas e danos inerentes a uma pessoa ou a uma coisa. Na área dos estudos de desastres, no sentido mais amplo, vulnerabilidade é uma palavra-chave para a compreensão dos impactos de um evento extremo. Porém, já desde o final da década de 1970 na literatura internacional vem acontecendo uma disseminação gradual de que os perigos naturais, tecnológicos e sociais são apenas o detonador de um conjunto de reações complexas, governadas pela vulnerabilidade social, econômica, cultural e física da sociedade (HEWITT, 1983). Assim, o termo vem cada vez mais sendo utilizado em relação à vulnerabilidade humana aos desastres nas suas múltiplas e diferentes formas. Há de se ressaltar que a interpretação da questão da vulnerabilidade e dos riscos na abordagem das ciências ditas “duras” é fundamentalmente diferente da interpretação das ciências sociais. Nesta última, os fatores são dificilmente quantificáveis, já que envolve os sujeitos e suas relações (ALEXANDER, 2014).

Os sujeitos, com grandes dificuldades em reconstruir suas vidas e meios de subsistência após um desastre, encontram-se, assim, em situação de grande vulnerabilidade e isto os torna mais vulneráveis aos efeitos de eventos de risco posteriores. Com todo o quadro social relatado até este ponto de nossa escrita, acreditamos que metodologias distantes da contextualização social, política, econômica e de exclusão a que estão expostos os sujeitos em vulnerabilidade em nada auxiliam ações locais ou conscientização da população envolvida. Não buscamos desconsiderar o significado dos riscos ambientais como eventos provocadores, porém procuramos

problematizar as várias formas nas quais os sistemas sociais também operam para “gerar desastres”, tornando as pessoas vulneráveis (HERCULANO et alli, 2006). E não estamos nos referindo apenas à vulnerabilidade relacionada a risco ambiental, por eventos naturais externos, isoladamente, mas outros exemplos de vulnerabilidade em suas vidas diárias, por si próprias difíceis de distinguirem-se de um desastre.

A palavra *socioambiental* no contexto deste trabalho refere-se a uma contextualização essencial e fundamental das implicações sociais, histórias, políticas, econômicas e ambientais, determinantes das condições em que se encontram os sujeitos em área de risco ou situação de desalojamento ou desabrigo. O trabalho *socioambiental* passa por uma possibilidade de abordagem crítica das questões sociais e ambientais, o que é fundamental não somente para os sujeitos envolvidos em situação de desastres por inundações ou deslizamentos de terra, mas essencialmente para os profissionais que trabalham nas mais diversas áreas de atuação nestas comunidades. Isto gera mais autonomia para os envolvidos, já que suas referências locais e culturais, em sentido mais amplo, serão consideradas para um melhor desenvolvimento dos trabalhos realizados, sejam eles na educação ambiental ou em ações com participação comunitária efetiva.

Portanto, o termo vulnerabilidade socioambiental inclui um repertório complexo e amplo de questões sociais, políticas, históricas, culturais, econômicas e psicológicas, que certamente não seria possível aprofundar nesta escrita. Acreditamos que a referência ao termo *vulnerabilidade socioambiental* possa contextualizar, minimamente, as implicações desta gama de questões, que também são determinantes das condições em que se encontram os sujeitos em área de risco ou situação de desalojamento ou desabrigo. Os enormes impactos dos eventos ocorridos no estado do Rio de Janeiro, como o exemplo do Morro do Bumba já citado, exigem abordagens que favoreçam visões mais amplas e interdisciplinares sobre questões que envolvem a vulnerabilidade dos envolvidos. Por outro lado, não devemos perder de vista que as necessidades dos sujeitos variam de acordo com as circunstâncias e particularidades culturais, econômicas e sociais das famílias e comunidades relacionadas. Portanto, não se trata de apontarmos um modelo único a ser considerado e estudado, para que surja uma solução mágica e “formatada” para os sujeitos em situação de desastres ambientais, de acordo com nossas referências acadêmicas. Tornar visível estas questões em uma pesquisa acadêmica pode significar um passo pequeno, mas fundamental para uma mudança de perspectiva sobre o tema, considerando, ainda, que o reverso da vulnerabilidade se apresenta sob a forma da forte resiliência¹ destes grupos, a partir de suas experiências. Estas discussões podem significar, ainda, um caminho para o aprofundamento das medidas de preparação para os desastres, incluindo os sujeitos, seus contextos e raízes sociais mais profundas.

QUESTÕES PSICOSSOCIAIS DOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS

No processo de vulnerabilização estão incluídas não somente questões socioambientais, políticas e culturais, mas ainda questões psicossociais essenciais para a discussão sobre vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos. A vulnerabilidade emocional e psicológica a que estão expostos os envolvidos em uma situação de desastre, sejam eles os sujeitos diretamente afetados pelo choque (população em situação de risco e/ou

¹ Palavras como resistência, superação, enfrentamento, recuperação, autorregulação e auto-organização vêm sendo vinculadas à questão da resiliência, um conceito ainda polêmico para muitos especialistas em desastres e estresse pós-traumático.

desastres ambientais) ou mesmo profissionais no atendimento aos sobreviventes. O suporte psicossocial pode representar acolhimento, um ponto de segurança e proteção para os sujeitos em fase de estresse potencialmente traumático, após o momento da emergência maior, onde bombeiros e profissionais de emergência já trabalharam para a manutenção da vida, no atendimento médico, fornecimento de abrigo e proteção física temporária. Em princípio, sob forma de *primeiros socorros emocionais*, o suporte psicossocial favorece: uma maior participação no contexto da comunidade assistida; a redução da desorientação fisiológica e emocional; o resgate dos recursos internos e externos do grupo e dos sujeitos envolvidos.

Em relação aos profissionais, ainda que nem sempre tenham presenciado o momento mais drástico de uma inundação ou deslizamento de terra, de forma semelhante estão vulneráveis aos transtornos de estresse pós-traumático, seja por excesso de trabalho, seja por falta de suporte mínimo para a realização dos trabalhos, etc.. Entretanto, Giglio Jacquemot (2005) cita o descrédito de alguns profissionais, que trabalham em operações de emergência a tudo o que é considerado psicológico, reforçando, com este posicionamento, a não formação de vínculos em operações de segurança pública. Pontuamos, portanto, que isto desfavorece um trabalho de prevenção a possíveis traumas, doenças mentais, síndromes e demais transtornos decorrentes de situação de desastre ou exposição a traumas de choque. Ainda que, na maior parte das vezes, um *trabalho psicossocial*² com os sujeitos em situação de risco ou desastre não seja a área específica do profissional envolvido, estratégias psicossociais podem significar um aprendizado importante de primeiros socorros emocionais e uma mudança na perspectiva destas relações com a comunidade.

As questões psicossociais incluem, ainda, o *engajamento social* dos sujeitos considerados, o qual pode estar bastante comprometido, com conseqüências na participação comunitária, especialmente após eventos de alto nível de estresse para os sujeitos, como nestes casos. Quanto menor o engajamento social, mais vulnerável fica seu território material ou imaterial e, conseqüentemente, menor a participação do sujeito em sua comunidade e maior disposição para disfunções e doenças psicossomáticas, etc. Assim, os trabalhos psicossociais envolvem trabalhos terapêuticos ou psicoterapêuticos, em particular na fase pós-desastre, onde atuam não somente psicólogos, mas terapeutas, assistentes sociais, pedagogos, entre outros profissionais.

O trabalho que vem sendo realizado por estes profissionais - ainda que “invisíveis” em se tratando de pesquisas acadêmicas e de programas sociais - busca um reconhecimento e ampliação da resiliência dos sujeitos em situação de risco, desabrigados ou desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra. Um olhar diferenciado para um grupo que, em sua maioria, já convive com a vulnerabilidade, com a insegurança e a impotência no cotidiano e que numa situação extrema de choque, por desastre, encontra-se ainda mais desestruturado, “sem chão”, desorientado e desestabilizado para os próximos desafios que envolvem a situação. Referencia-se na percepção de seus recursos internos, desenvolvidos ao longo de sua vida - em muitos casos ampliados nas inúmeras situações, onde o grupo se manteve unido, voluntariamente diante de uma tragédia. Estas experiências também fazem parte da resiliência interna do sujeito e externa do grupo, nas situações de ação conjunta nas experiências passadas. Isto provoca uma mudança de referência dos sujeitos, de passivos e excluídos (como a interpretação mais comum pela mídia, principalmente

² A palavra *psicossocial* (psico + social) caracteriza uma possibilidade de integração da dimensão social ao campo da psicologia e biologia. Dentro do enfoque desta pesquisa, refere-se às questões psicológicas - envolvendo tanto as esferas emocionais e do campo energético, construído a partir das histórias de vida de cada sujeito - quanto à esfera dos registros corporais.

subestimando sua capacidade de resposta às situações altamente estressantes de suas vidas), a sujeitos capazes de acessar os recursos provenientes de sua própria história de vida, das experiências prévias da comunidade.

Este aprendizado local, grupal e espontâneo acontece nas comunidades onde ainda existe uma grande lacuna no poder público ao atendimento de necessidades emergenciais. No entanto, isto inclui um extenso processo de danos imateriais, de sofrimento pessoal e social. Se por um lado os desalojados contam, em parte, com a solidariedade de parentes e amigos, os desabrigados são afetados pela privação e estigmatização do pós-desastre. Perdem suas moradias e torna-se pública a ausência de laços comuns, a ausência de condição econômica para provimento de domicílio provisório.

DESTERRITORIALIZAÇÃO E DESENRAIZAMENTO

Os sujeitos desabrigados e desalojados estão fora de seu território – não apenas o território externo e geográfico, mas o território interno, afetivo e simbólico, que nas situações de alto estresse apresentam-se fragmentados. Para muito além do sentido geográfico e econômico, o conceito de *territorialidade*, no presente trabalho, é utilizado de forma complementar ao conceito de *enraizamento*, referindo-se, o primeiro, a um produto histórico, compreendido pela relação simbólica e imaterial, social e cultural construída pelos grupos. O conceito de *desterritorialização* pode ser visto como a perda de referenciais concretos - *desenraizamento* e enfraquecimento de identidades territoriais. As pessoas, por dificuldades ou por proibição, possivelmente não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares que antes freqüentavam ou viviam, e que fizeram parte da construção de suas identidades culturais (HAESBAERT, 2001).

É comum, nestas comunidades, um sentimento de desilusão total da população envolvida. O noticiário já não cobre mais diariamente o evento dramático, os políticos locais – como no caso das inundações na região serrana do Rio de Janeiro - muito constantemente envolvem-se em corrupção e desvio das verbas e das doações financeiras recebidas. Os trabalhos iniciados são interrompidos (mídia, principalmente), não continuados ou não concluídos e as ações de suporte emocional fragmentam-se. Muitas vezes não há planejamento, organização e gestão das doações de materiais não perecíveis, roupas, colchões, entre outros artigos pelo governo local, o que leva os mesmos a se deteriorarem ou se perderem em locais nunca acessados pelos voluntários que auxiliam nos abrigos. A fase da desilusão total, que se faz presente em grande parte dos sujeitos desalojados e desabrigados pelas inundações e deslizamentos de terra ocorridos leva ao colapso físico e psicológico dos mesmos.

Hettige (2014) pontua que seria fundamental que os profissionais responsáveis pela fase de mitigação consultassem as vítimas de desastre em relação às suas necessidades e preferências. Elas possuem um papel significativo no gerenciamento das questões que surgem durante todo o processo, não apenas por possuírem conhecimento bastante íntimo dos impactos reais de um desastre e das questões que já enfrentam, mas essencialmente por terem o direito de decidir como gerenciar suas vidas, após um evento desta natureza. Assim, torna-se fundamental planejar estrategicamente políticas que possam guiar o processo de recuperação pós-desastre. Tais políticas asseguram a natureza e a extensão da compensação, os direitos e escolhas das vítimas, em relação à natureza do re-assentamento. A análise criteriosa de um pós-desastre pode ser um importante instrumento de auxílio na prevenção e gerenciamento de eventos futuros.

De acordo com Carvalho (2014), apesar da intenção de minimizar os efeitos causados pelos desastres urbanos, a criação de legislações no Brasil ainda apresenta-se de forma reativa, isto é, após a ocorrência dos desastres. Isto expõe as deficiências de planejamento das políticas públicas de defesa civil. As informações produzidas não são reconhecidas como acervo de conhecimento para o uso da municipalidade, gerando descontinuidade e ruptura nas ações políticas (em especial durante a troca de governo) e perda dos recursos investidos. A criação de políticas públicas em suporte às iniciativas conduzidas em comunidade e atividades pode também ser de extrema importância para a habilidade de uma comunidade encarar e recuperar-se de quedas econômicas, sociais e psicológicas.

PALAVRAS FINAIS

Partindo da perspectiva da pesquisa de doutorado aqui considerada, buscamos uma breve consideração de algumas das questões relativas aos desabrigados e desalojados por desastres ambientais, com enfoque às questões materiais e imateriais vividas pelos moradores do estado do Rio de Janeiro, no período das grandes chuvas de 2008 a 2012. Considerando que os riscos e desastres ambientais também são produtos de nossas referências políticas, econômicas, sociais e ideológicas, buscamos dar visibilidade às múltiplas vulnerabilidades relativas aos sujeitos que vivem em situações econômicas adversas. Levamos em conta, ainda, a existência de fatores, menos óbvios, que influenciam a maneira como estes riscos afetam as pessoas e os diferentes níveis de vulnerabilidade, determinados pelos sistemas sociais e pelas questões de poder e não apenas pelas forças naturais. Os desafios relacionados à população de áreas de risco e/ou expostas a desastres ambientais - mais especificamente, envolvendo inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro, no período em referência - não foram apenas de ordem material e econômica, mas também imaterial e subjetiva. Sugerimos que políticas públicas, que possam dar suporte, não somente às questões emergenciais, mas também às questões que envolvem a fase do pós-desastre, a prevenção, a mitigação e o gerenciamento de riscos no Brasil deveriam ser considerados “prioridade”.

Acreditamos que tanto o trabalho psicossocial, quanto o trabalho *socioambiental* apresentam recursos estratégicos essenciais para a redução da vulnerabilidade dos envolvidos em situações extremas, além de ser uma ferramenta essencial para uma melhor qualidade de vida dos mesmos e na preparação para futuros eventos de desastres ambientais. A integração entre as esferas *socioambiental* e *psicossocial* pode significar a ampliação da compreensão tanto do pesquisador, quanto do profissional envolvido em relação às estratégias metodológicas para o trabalho em área de risco e desastre ambiental, em localidades onde houve ocorrência de desastres ou ainda catástrofes ambientais. A conexão entre estes saberes, ainda fragmentados mesmo dentro de nossas universidades, com efeito, possibilitará uma maior comunicação entre as áreas de conhecimento, envolvidas na complexidade que permeia as relações sociais, psicológicas e ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL, EBC, 2014. *27 dos Municípios Brasileiros Foram Atingidos por Inundação*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/ibge-27-dos-municipios-brasileiros-foram-atingidos-por-inundacoes-afetando-14>;

ALEXANDER, D. *ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS Workshop*: Disaster Resilience Network, Manchester, Inglaterra, 2014;

CARVALHO, D.T. As Políticas Públicas de Gestão de Desastres Ambientais: O Caso do Município de Niterói, Após o Episódio do Morro do Bumba. *Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito* – PPGSD, Universidade Federal Fluminense, 2014;

COLLINS, A. *Disasters and Resilience. ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS and Residential Doctoral School, RDS Workshop*: Disaster Resilience Network, Manchester, Inglaterra, 2014;

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA, 2013. Disponível em: <<http://www.defesacivil.sc.gov.br/2013>>. Acesso em 10.11.2013;

EM-DAT, The International Disaster Database. *The OFDA/CRED Centre for Research on The Epidemiology of Disasters*. Disponível em: <<http://www.em-dat.net/>>. Acesso em: 20 de fevereiro, 2013, 20:00;

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e desterritorialização. In: ROSENDAHL, Z & CORRÊA, R.L. (orgs.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001;

HERCULANO, S.. Conflitos entre Usos de Interesse Social em Área Periurbana de Preservação Ambiental: *Revista Vistas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Ano III, No. 6, abril de 2013;

HETTIGE, S.T. Plenary Session KeyNote Speaker: Social Responses to Natural Disasters. *4th International Conference on Building Resilience*, Salford Quays, Manchester, United Kingdom, 2014;

HEWITT, K.. *Regions of Risk: A Geographical Introduction to Disasters*. Addison Wesley Longman, Essex, UK, 1997;

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *27 dos municípios brasileiros foram atingidos por inundações afetando 14*, 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/ibge-27-dos-municipios-brasileiros-foram-atingidos-por-inundacoes-afetando-14>>;

LEWIS, J.. *Development in Disaster-prone Places: Studies of Vulnerability*. Intermediate Technology Publications, London, UK, 1999;

MARCHEZINI, V. Dos Desastres da Natureza à Natureza dos Desastres. In: VALENCIO, N., et alli. (orgs). *Sociologia dos Desastres, Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Editora, 2009;

MATTEDI, M. A. et al. O desastre se tornou rotina. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Org.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 14-21;

MILETI, D. et alli. *Disasters by Design: A Reassessment of Natural Hazards in the United States*. Joseph Henry Press, Washington, DC, USA, 1999;

OLIVER-SMITH, T. *The Martyred City: Death and Rebirth in the Andes*. University of New Mexico Press, Albuquerque, New Mexico, USA, 1986;

SOUZA, P.C.A.; LOUREIRO, C.F. Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais/Patricia Carla de Almeida e Souza. Rio de Janeiro. *Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)* - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia,UFRJ, Instituto de Psicologia, 2015;

_____. Memória Oral e Transmissão de Conhecimentos: A Comunidade do Sapê, Niterói, RJ, na Voz de Mateiros, Erveiros e Cultivadores de Plantas Ornamentais da Região. Rio de Janeiro. *Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, 2009;

STEINBERG, T.. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford University Press, New York, USA, 2000;

WISNER, B., BLAIKIE P., CANNON, T., DAVIS I. *At Risk – Natural Hazards, People´s Vulnerability and Disasters*: Routledge, London & New York, 2005.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compartilhar alguns dos resultados da pesquisa de doutorado submetida à Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada

Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais (SOUZA, 2015) com os participantes do *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*. Ressalta-se o número ainda bastante reduzido de pesquisas acadêmicas no Brasil na área de desastres ambientais, que considerem a complexidade da abrangência necessária para uma visão socioambiental e psicossocial destas discussões. Considera-se que o contexto socioambiental e psicológico dos residentes das comunidades em situação de desastres ambientais sejam elementos fundamentais e relevantes não apenas para o reconhecimento de suas múltiplas vulnerabilidades, mas ainda como elemento de ampliação de sua resiliência. A pesquisa buscou ampliar o foco nas questões socio-ambientais a que estão constantemente expostos um número de residentes do estado do Rio de Janeiro, em situação de desastres ambientais, em particular inundações e deslizamentos de terra. Para muitos, a exposição a inundações e deslizamentos de terra é uma constante ao longo de suas vidas, muito embora o foco da assistência e trabalhos comunitários realizados esteja ainda concentrado na etapa emergencial do evento extremo mais que no período de recuperação pós-desastre.

A EM-DAT, *The International Disaster Database* (2005), define *perigos naturais* como ocorrências inevitáveis, enquanto os *desastres* são eventos, que podem ser prevenidos ou minimizados, através do estudo de eventos anteriores e monitoramento de situações presentes. Considerando apenas desastres hidrológicos, o Brasil é um dos países mais atingidos por inundações e movimentos de massa, tendo estado em 2008 em décimo lugar no mundo, em número de vítimas de desastres naturais. Ainda assim, de acordo com o IBGE (2014), quase metade dos municípios brasileiros não faz gestão de riscos e desastres. Neste contexto, desabrigados e desalojados dos eventos extremos seguem sem que o suporte psicossocial seja considerado como questão essencial para a mitigação de risco, expostos, ainda, ao cenário de grande vulnerabilidade e abandono dos abrigos brasileiros.

Apesar das experiências desafiadoras e aterrorizantes diante deste contexto, observa-se uma resistência, que possivelmente imprime um fortalecimento para a vivência de eventos futuros, demandando um constante aprofundamento de seus recursos de sobrevivência internos e externos. A profunda contribuição trazida por estas experiências nos momentos de crise é considerada de enorme valor também para os profissionais envolvidos, sendo fundamental uma maior escuta destas vivências na elaboração de projetos relativos ao meio ambiente destes sujeitos. Isto inclui uma maior compreensão da ecologia social destas comunidades, o que envolve elementos de aprendizado material e imaterial do território em foco e suas experiências prévias ao longo dos eventos extremos já enfrentados no passado.

Assim, os resultados da pesquisa sugerem que um trabalho de qualidade, a partir do “meio ambiente” destes sujeitos, tão fragmentados por cada aspecto que envolve um desastre ambiental, deveria considerar como “ponto zero” toda a complexidade dos fatores, que inclui a saída de suas moradias e o sentimento de desterritorialização e desenraizamento sofridos – o que justifica a criação de políticas públicas específicas para desabrigados e desalojados por desastres ambientais, assim como a necessidade de uma reformulação de nossas referências prévias de trabalho ambiental no Brasil.